

OS MILITARES E A NAÇÃO – O PROJETO DE ORGANIZAÇÃO NACIONAL DOS “TENENTES”.

Fabírcia Carla Viviani, Francisco Luiz Corsi. –
Ciência Política – Curso de Ciências Sociais – Departamento de Ciências Políticas e Econômicas
– Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo analisar o movimento tenentista no início dos anos 30. Busca-se detectar se houve um projeto de nação - considerado como um projeto político social - idealizado por esse segmento militar entre 1930 e 1934, período que abrange a “revolução” de 1930 e a Assembléia Nacional Constituinte. Para tanto, buscaremos, por uma análise histórico-social, tecer uma rede de atuação dos “tenentes”, ou melhor, dos “tenentes” que sobreviveram a todo o turbilhão político e conseguiram exercer uma participação efetiva no referido momento histórico, uma vez que tentaremos percorrer a “evolução” das propostas tenentistas, se realmente isso ocorreu, e como as mesmas se apresentaram na Constituinte de 1934.

A pesquisa está sendo realizada fundamentalmente através de análises de textos e documentos reproduzidos pelos mesmos, utilizando os seguintes procedimentos metodológicos: estudo temático das obras referentes ao Tenentismo e ao período correspondente, buscando apreender traços de um possível projeto apresentado pelo movimento; análise sistemática de literatura acadêmica e de biografias de importantes personagens do Movimento Tenentista; fichamento temático de textos e discussão dos mesmos; análise histórico-social da atuação do Movimento Tenentista após a revolução de 1930, com intuito de identificar entre este setor militar, propostas para a reconstrução do país após superação do sistema oligárquico. No entanto, faz-se necessária uma análise da formação, ideologia, e atuação política do tenentismo nos anos 20, na tentativa de identificar nuances ideológicas já presentes nessa década e fundamentais para a compreensão do movimento em questão nos anos 30.

Na década de 20, a irrupção do Movimento Tenentista estava interligada ao processo de crise da República Velha. Setores militares, opondo-se a estrutura oligárquica da Primeira República, emergiram como elementos dinâmicos no processo de manifestações contrárias à política cafeeira e oligárquica. Pretendiam a queda do Estado oligárquico e a instauração de um poder forte, central e democrático. Nesse sentido, iniciaram uma fase de elaboração de um projeto de transformação da sociedade brasileira que amadureceria ao longo de sua prática política.

Em 1922, o tenentismo apresentou-se com fortes traços corporativista, ou seja, grande parte das suas reivindicações perpassava a defesa da instituição militar que estaria sendo “ofendida” pelo candidato situacionista Artur Bernardes. Somente em 1924, mesmo que artificialmente, esse discurso buscou abranger de forma mais sistemática a coletividade nacional. No entanto, ao analisarmos sucintamente as propostas apresentadas pelos revoltosos da capital paulista em 24, notamos que havia um forte discurso “moralista” em relação a República, e elitista em relação à sociedade brasileira.

Em linhas gerais, o discurso desse setor militar nos anos 20 estava permeado por um ideário de “purificação” dos costumes republicanos. Aliás, república que havia sido implantada pelos militares em 1889 e que estava sendo corrompida pelos políticos civis. A defesa da Constituição de 1891, também obra dos fundadores da república, era igualmente exaltada pelos revolucionários chegando a realizar uma valorização exacerbada.

Essa pretensão “puritana” do movimento tenentista em São Paulo em 1924 conduziu esse segmento militar a uma contestação superficial da sociedade brasileira, recaindo em uma visão personalista da política nacional. A precariedade de um conhecimento mais abrangente da realidade social, pôde ter influenciado na limitação reflexiva dos reais problemas brasileiros naquele momento. É nesse conjunto de concepções que identificamos um caráter reformista do movimento tenentista. Porém, não se deve desconsiderar que a atuação tenentista no referido contexto histórico ressoou como inovadora, na medida em que pegaram em armas para contestar o regime, deixando evidente a convulsão social do período.

Outro ponto fortemente presente nas formulações tenentistas, era a concepção de transformação social acoplada a visão elitista na condução desse processo. Apresentava pretensões de mudanças tanto na

política quanto na sociedade, porém sempre sobrepondo uma elite governamental às classes populares. Essa característica conservadora remete a visão de que o povo brasileiro estava desorganizado e dotado de uma apatia política, sendo assim, necessário um grupo governamental que conduziria o “saneamento da república” e agiria pelo povo enquanto este não fosse contemplado pela instrução pública. Isto é, era preciso educar as classes populares para que assim pudessem votar secretamente.

Nos anos 30, esse ideário, reformista e conservador, transcenderia a esfera da representação política e abrangeria mais assiduamente o processo de reformulação do Estado no pós-30. Ou seja, as transformações da sociedade brasileira corresponderiam a uma “modernização conservadora” conduzida principalmente pelo Estado e pelos grupos que monopolizavam o poder. Mas, qual o ofício dos “tenentes” nesse processo? E ainda, em que medida o tenentismo contribui para ações futuras das Forças Armadas? Referentes a algumas dessas indagações, talvez poderíamos arriscar dizer, que o tenentismo foi relevante principalmente na “tomada de poder”, porém não como força militar, mais como força ideológica. Outro fator importante que deve ser destacado foi o fato de que ao se concretizar a rearticulação das forças políticas dominantes, os “tenentes” sofreram abrupta neutralização, no qual a atuação política das Forças Armadas retornaria a um grupo restrito da cúpula militar.

O tenentismo não atuou homogeneamente, principalmente na conjuntura pós-30. Foi perceptível uma fragmentação dentro do próprio grupo que se aproximou a Getúlio Vargas. Essa pulverização refletiu nas propostas apresentadas pelo tenentismo, uma vez que não houve uma atuação conjunta dentre aqueles que participaram do processo de deposição da república oligárquica.

Havia discrepâncias fundamentais entre setores que integraram a cúpula governamental, entre o governo de João Alberto e setores que aglomeraram em torno de Miguel Costa na Legião Revolucionária de São Paulo, e ainda grupos que congregavam no Clube 3 de Outubro. Com o objetivo de identificar o projeto nacional delineado por setores tenentistas em São Paulo, analisamos alguns documentos supostamente que estariam ligados a esses grupos. Dentre as propostas contidas no Pacto de Poços de Caldas, aonde continha considerações da cúpula governamental, a ditadura sobressai na tentativa de prosseguimento da obra revolucionária iniciada em 30. O Estado deveria ser fortalecido para que assim pudesse conduzir a nação. Se considerarmos que esse setor da cúpula governamental, em grande parte, foi a que resistiu e formulou o golpe de 37, embora a efervescência entre 30-37 é algo bastante relevante e, de certa forma, influenciou as medidas que foram sendo implantadas nesse período, poderíamos sugerir que o autoritarismo ditatorial seria uma via possível, que estaria em segundo plano, e que era uma alternativa acaso os conflitos políticos se acirrassem.

Outro ponto que gostaríamos de ressaltar nesse documento é o forte intervencionismo, seja ele político, econômico ou social, a centralização política e a própria utilização do Exército como assegurado dessas transformações. No “Manifesto à nação”, da Legião Revolucionária Paulista, apresentado em fevereiro de 1931, embora houvesse a divergência fundamental da Constitucionalização do país, alguns aspectos convergem com os esboçados pelo Pacto. Dentre eles, é nítida a presença da centralização, do fortalecimento do Governo Central, do nacionalismo, do intervencionismo, da concepção de um Estado mediador, que deveria “igualar os direitos, organizar as classes”. Seria um Estado condutor, que organizaria o trabalho, estimularia e controlaria as iniciativas orientando a produção. Imerso nesse Estado estaria o Exército que atuaria conjuntamente no desencadear desse processo.

O destaque desse *Manifesto* ao nosso entendimento, é o discurso do controle do subsolo pelo Estado, ou seja, a estatização desses recursos. Desta forma, os legionários acreditavam ser possível uma relativa “independência” da nação, uma maior probabilidade de autonomia a economia brasileira. Essa posição pôde ser notada nas ações futuras do Governo Vargas no início dos anos 40 com a criação de Volta Redonda, e principalmente nos anos 50 com destaque da criação da Petrobrás. De certa forma, isso nos sugere acentuar que nesse aspecto havia uma aproximação entre Vargas e essa proposta tenentista.

No entanto, essa proposta será melhor explorada no *Programa político-partidário* em setembro de 1931. Também permeado pelo nacionalismo, centralização e fortalecimento do Estado, esse documento já evidencia uma possível sinalização a industrialização, mas isso ainda se delimitava a um esboço sem muita fundamentação. Porém, como já foi destacado no relatório anterior, parece-nos que o que havia de evidente nessas propostas tenentistas era a necessidade de desencadear mudanças. Mas, elas oscilavam

entre a possibilidade de um desenvolvimento e diversificação agrária e a irrupção de um processo industrial brasileiro.

Embora no *Programa político partidário* esteja literalmente expresso “que o Brasil tem de ser uma grande potência industrial”, esta industrialização remetia a um controle estatal das matérias primas para a indústria, como por exemplo, a siderurgia. Mas será que isso estava claro para esse segmento que defendia tais propostas? Ou pensavam gradualmente no desenvolvimento natural industrial como sugere Alberto Torres? A partir da análise das propostas tenentistas, vimos que por mais que o projeto de modernização brasileira não estava completamente esboçado entre 30-37, há indícios de vários aspectos que integrariam tal processo nos anos subseqüentes. Porém, acreditamos que essas características estavam em aberto podendo ser utilizadas como uma alternativa e não como algo conclusivo. Conforme se acirrava os conflitos políticos e a situação econômica e social do país, o governo Vargas delineava as possíveis soluções. Isso não exclui a possibilidade de que havia alguns mecanismos que sempre estiveram presentes nas decisões do governo ou na forma de conduzir o processo, como por exemplo, a centralização, o intervencionismo e a concentração do processo nas mãos das elites. Mas, por exemplo, no momento concomitante a atuação de João Alberto na interventoria, não havia evidências em que setor propriamente esses mecanismos seriam implantados.

Alguns desses aspectos podem ser notados em medidas implantadas tanto no âmbito agrário, como as em defesa do café, como no setor urbano-industrial com a criação do Ministério do Trabalho em 1931. Por conseguinte, a análise dos referidos documentos lançados pelo tenentismo entre 1930-1932, sugere-nos que por mais que esse segmento militar estivesse próximo do governo Vargas, co-participando do poder, ainda refletia sobre os rumos que o país tomaria.

Assim, como o próprio governo central que embora expressasse o intervencionismo, o fortalecimento estatal, a centralização e o elitismo, também não tinha nítido o fio-condutor do desenvolvimento nacional, uma vez que nesse período, tal projeto estava em processo de construção.

O trabalho de pesquisa realizado até então nos conduziu a sugestão de que embora alguns segmentos tenentistas divergissem acerca da Constituinte, havia proximidades em pontos elementares na condução do Estado brasileiro no pós-30. A intervenção estatal no âmbito político, econômico e social, a centralização política, a condução do país pelas elites, desencadeando de uma “revolução pelo alto”, o corporativismo, a tendência tecnocrática, são propostas semelhantes aos grupos que compactuavam do poder.

No entanto, o período 30-37 foi de grande incerteza e de vários projetos que disputavam o campo político, permeado por um contexto de efervescências e discordâncias face às linhas básicas do encaminhamento político. Partindo das análises dos programas tenentistas entre 30-32, podemos perceber que não havia, portanto, um projeto acabado para o país nos momentos que se seguiram à revolução. Há indícios de uma proposta modernizante que vai amadurecendo e que somente se concretizaria nos anos seguintes. O confronto entre esses vários projetos desaguou na Revolta Constitucionalista de 1932. Pode-se dizer, grosso modo, que eram dois grandes projetos políticos para o país, cujo eixo era centralização e descentralização. Essas questões estavam expressas em dois setores políticos: tenentismo e oligarquia.

O acirramento das divergências políticas entre ambos culminou na fragmentação e decapitação do movimento tenentista. Este ficaria totalmente vulnerável nos momentos subseqüentes a revolta. Contudo, o tenentismo em sua breve atuação política teve participação peculiar na implantação de uma nova forma de Estado, que teria o intervencionismo, corporativismo e elitismo como fundamentais no processo de modernização do país.

Em particular, a abordagem do *Esboço Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil* demonstrou-nos como o tenentismo ainda mantinha-se oscilante em relação ao desenvolvimento nacional. Porém, há nesse documento um amadurecimento ideológico e pragmático em relação às propostas analisadas nos programas anteriores. O grupo político em questão buscou formular medidas mais concisas que abarcassem a racionalização e ampliação do Estado brasileiro.

No *Esboço* é visível a centralização política, econômica e de organização social. O aparato formulado na seção política expressa uma característica mais autoritária, buscando reprimir a estrutura hegemônica na Primeira República. O sistema político proposto seria o presidencialismo, com um

legislativo eleito indiretamente, no qual seria composto por representantes setoriais e territoriais. Nessa estrutura as Câmaras Representativas, tanto a Política quanto a Profissional, teriam papel fundamental na orientação, fiscalização, coordenação e administração dos municípios, Estados e União.

Nesse sentido, a representação corporativa era valorizada excessivamente, pois se acreditava que assim deteria o retorno das oligarquias aos postos governamentais. Por outro lado, havia uma crença não apenas na eficácia desse sistema de representação, como também nos órgãos destinados a proporcionar seu funcionamento.

Na esfera social, amplamente contemplada pelo *Esboço*, a “representação classista” teria função de conduzir a “harmonia e equilíbrio sociais”. Caberia ao Estado criar um ministério de organização social e de assistência que pudessem ampliar uma ofensiva estatal nesse setor, da mesma forma, que deveria criar leis que estimulassem a corporativização dos segmentos sociais. O arcabouço de uma organização social planejada por Ministérios e Conselhos Técnicos, naquilo que muito bem desenvolvia Oliveira Vianna, também sobressai nessa esfera, sendo talvez uma das propostas tenentista que mais penetrou a estruturação do estado brasileiro no pós-30. O destaque concentra-se na legislação trabalhista, cujos direitos abarcariam igualmente os trabalhadores rurais. Dentre as reivindicações estariam benefícios como salário mínimo, contrato coletivo, limitação das horas de trabalho, repouso semanal, férias obrigatórias, limite de trabalho das mulheres e menores, direito à greve, seguro desemprego, entre outros.

Na seção econômica, a racionalização e a pequena propriedade são as propostas mais significativas. Ambas teriam a função de aprofundar o nacionalismo e promover o desenvolvimento nacional. Os planos técnicos teriam que ter capacidade de formular e prevenir os resultados de planos que seriam implantados. A distribuição das terras passaria pela questão tributária, ou seja, na supertaxação das terras, no qual o desenvolvimento agrícola via pequena propriedade teria o destaque do cultivo familiar, onde se pudesse garantir ao menos a subsistência e habitação desses trabalhadores rurais.

Desta forma, consideramos que dois pontos são relevantes na esfera econômica apresentada pelo *Esboço*: em primeiro lugar, há sinalizações de uma proposta de desenvolvimento nacional vinculada à pequena propriedade, tendo ainda o governo federal um expressivo incentivo ao progresso da policultura (e incluímos aqui a pecuária e o combate à seca). Um amplo leque de legislação, principalmente tributária, seria um dos caminhos que deveriam ser percorridos pelo poder central para a realização dessas propostas; segundo, a indústria incipiente brasileira deveria ser estritamente nacional, e para que isso ocorresse era preciso um incentivo direto do Estado, principalmente nas nacionalizações de vários setores, como, por exemplo, transportes, comunicações, postos, recursos hídricos, reservas florestais, que dariam amplas possibilidades de investimento estatal no desenvolvimento.

Essa centralização ampliada do Estado visava o “saneamento moral do ambiente nacional”, e para realizar tais propostas as questões sociais e econômicas seriam imprescindíveis, e por isso, adquiriram uma tonalidade mais “progressiva”. A reflexão circunda se essas propostas seriam, em primeiro lugar, uma tentativa de suprimir a estrutura dominante até 1930 ou se de fato o desenvolvimento nacional teria essas esferas como fundamentais. Contudo, as mudanças políticas, sociais e econômicas sofreriam interferência direta do Estado racionalizado e coordenando tecnicamente, que seria amplamente capacitado a promover o desenvolvimento do país.

Essa proposta de ampliação do Estado, autonomizado, centralizado e fortalecido, sugere que esse segmento militar fazia uma leitura positiva da capacidade organizacional do Estado brasileiro. Acreditavam que o Estado organizado tecnicamente seria vastamente capaz de interferir, direcionar, desenvolver, investir e fiscalizar todas as esferas da sociedade, no qual tudo funcionaria “harmonicamente”. Não só seria um Estado neutro como também potente e passível de qualquer realização nacional.